

TATIANE LINCOLN DE OLIVEIRA
RA - 001201807603



PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS COM
HÁBITOS DE CUIDADOS AMBIENTAIS

BRAGANÇA PAULISTA
2022

TATIANE LINCOLN DE OLIVEIRA
RA 001201807603

PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS COM HÁBITOS
DE CUIDADOS AMBIENTAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso
em Psicologia da Universidade São Francisco
para obtenção de média semestral.

ORIENTADOR: ANDRÉ PEREIRA GONÇALVES

BRAGANÇA PAULISTA
2022

Homenagem ou dedicatória

(item opcional)

Agradecimentos

(item opcional)

Resumo

Oliveira, T., L., (2022). *Percepção de qualidade de vida entre pessoas com ou sem hábitos de cuidado ambiental*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Psicologia, Universidade São Francisco, Bragança Paulista.

O objetivo deste estudo é investigar a associação entre qualidade de vida e hábitos de cuidados ambientais em pessoas que fazem parte da cultura brasileira. A busca será feita nas bases eletrônicas de busca do Google Acadêmico (*Google Scholar*), bem como a base de dados virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), pesquisas procedentes do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e plataforma digital Minha Biblioteca, por meio dos descritores, *meio ambiente, educação ambiental, saúde ambiental, qualidade de vida, bem-estar*, no idioma português.

Palavras-chave: sustentabilidade, educação ambiental; saúde

Sumário

INTRODUÇÃO	7
MÉTODO	14
RESULTADO	16
DISCUSSÃO	19
REFERÊNCIAS	20
ANEXO	23

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida pode ser relacionada, dependendo da área de interesse, diretamente a um conjunto de fatores específicos da vida do indivíduo, ou de forma ampla, podendo ser definida como uma satisfação geral com a vida (Pereira et al., 2012). Essa pesquisa busca compreender a relação da qualidade de vida geral dos indivíduos, considerando como aspectos principais como o indivíduo percebe o conjunto de fatores da sua vida, que podem envolver as necessidades básicas biológicas, psíquicas e sociais satisfatórias e sua interação com o ambiente (Fleck et al., 2000; Mazetto, 2000, Pelicioni, 1998)

Devido a amplitude do conceito supracitado, a Organização Mundial de Saúde (OMS) buscou descrever domínios que pudessem ser utilizados em todos os países, caracterizando-os em seis: o domínio físico; domínio psicológico; nível de independência; as relações sociais; o meio ambiente; o ambiente físico e as crenças pessoais/espiritualidade. Cada domínio especifica aspectos importantes da vida de todos os indivíduos, sendo estes considerados para realização do presente trabalho (Fleck et al., 2000; Pelicioni, 1998).

O domínio físico descrito diz respeito aos aspectos cotidianos dos indivíduos em relação à vitalidade, ao desconforto e à energia em suas atividades; O domínio psicológico está relacionado à saúde mental e suas capacidades emocionais e de aprendizado e memória; O nível de independência se relaciona com a capacidade funcional de mobilidade e de trabalho que o indivíduo possui ou não (Fleck et al., 2000; Pelicioni, 1998).

As relações sociais se referem às relações e apoio que esse indivíduo possui, tanto pessoal, quanto social; O meio ambiente consiste na acessibilidade a condições básicas, como o acesso à saúde. O ambiente físico engloba o lugar que o indivíduo vive, ao acesso que ele possui a recursos financeiros, de transporte, segurança e por fim as

crenças pessoais/espiritualidade, que se refere ao sentido da vida do indivíduo, ao seu padrão espiritual (Fleck et al., 2000; Pelicioni, 1998).

O domínio que mais engloba fatores relacionados à qualidade de vida e está intimamente integrado ao homem é o meio ambiente e seu equilíbrio. Esta relação está diretamente relacionada à saúde, segurança e componentes que são essenciais na vida de todos. Para que haja esse equilíbrio, é preciso que todos os indivíduos tenham consciência que a proteção e o cuidado ambiental é um direito e dever, pois o descumprimento dessa proteção, pode trazer danos ambientais que podem interferir diretamente nos direitos humanos fundamentais, como o direito à vida, saúde e bem-estar (Giongo, 2010; Raminelli, 2014).

No Brasil, à uma lei que discorre diretamente sobre a temática, da qual o conceito de meio ambiente é “um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”(Artigo 3º, Lei nº 6.938/81). Sendo este o conceito descrito é garantido que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Artigo 225, Lei nº 6.938/81).

Tendo em vista que o direito e o dever da preservação é um fato, para que este seja cumprido, é necessário ter consciência que o cuidado ambiental está associado diretamente com a educação ambiental, sendo esse um processo permanente. Por meio desse processo educacional os indivíduos e a comunidade vão obter conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação para que possam agir para solucionar problemas ambientais presentes e futuros, tomando consciência do meio ambiente e de sua importância (Silva, 2012; Reigota, 2017).

As sociedades foram construídas com o pensamento de que os recursos naturais são ilimitados e esse uso excessivo ocasionou conflitos e problemas emergentes para todos, pois afetou de forma significativa a qualidade do ambiente e da vida das populações. Nesse contexto, a relação entre saúde humana e do ecossistemas pode ser entendida como saúde ambiental e quando essa relação não tem equilíbrio, dentro dos problemas ocasionados pela ação humana na natureza que podem promover agravos na saúde está, por exemplo, a exposição doenças infecciosas e a poluição que podem contribuir de forma negativa ao bem-estar e em um possível desenvolvimento saudável (Alencar et al., 2020; Freitas et al., 2011).

Discutir saúde e educação ambiental vai além da esfera da sustentabilidade, pois há de se considerar que a degradação dos recursos é oriunda de uma reação em cadeia que nitida e historicamente tende a prejudicar os menos favorecidos. Um estudo realizado por Martins (2002) evidencia como, embora as questões de desenvolvimento tendem a abranger esferas sociais, culturais, políticas e ambientais, na prática o que se nota é que apenas a esfera econômica e seu crescimento são levados em consideração.

Dadas as evidências da extensão da degradação ambiental criou-se o conceito de ecodesenvolvimento criados por Maurice Strong e Ignacy Sachs. Por se tratar de um modelo que leva em conta as particularidades e potencialidades de cada meio, é necessário categorizar as dimensões de sustentabilidade, para que esse modelo se torne aplicável e operacionalizável (Martins, 2002).

As dimensões abrangem cinco esferas do desenvolvimento sustentável, a primeira se trata da sustentabilidade social, a segunda abarca a sustentabilidade econômica e a terceira dimensão discorre sobre a sustentabilidade ecológica que conseqüentemente é o foco do presente trabalho, essa esfera abrange não apenas a prática dos três R (reduzir, reutilizar, reciclar) como também se propõe a investir em

pesquisa de tecnologias limpas para a proteção do meio ambiente (Martins, 2002, Tavares, 2007).

Nesse mesmo modelo há a dimensão da sustentabilidade espacial e a sustentabilidade cultural. Todas essas esferas são agravadas em um país de desenvolvimento médio como o Brasil, onde a desigualdade é figura constante no processo de desenvolvimento, o que conseqüentemente gera conseqüências danosas ao meio ambiente e impacta nos níveis de qualidade de vida (Martins, 2002).

O estudo de Martins (2002), mostra que o Brasil tem um Índice de desenvolvimento humano (IDH) médio alto, mas o país tem uma população concentrada sem acesso ao saneamento básico e à saúde, o que diverge com o resultado. Em relação a dados os pontos centrais do IDH do Brasil, é a concentração de riquezas, a desigualdade e a população que vive abaixo da linha de pobreza. Os dados apresentados são do relatório do PNUD de 1997, do qual indicam a região Sudeste como a parte mais rica, obtendo 14% do IPH (Privação existente no país) e a região nordeste a mais pobre, com o IPH de 46%.

A qualidade ambiental pode ser definida concomitante em função da qualidade de vida, por influenciar diretamente as condições que são acessíveis aos indivíduos. Percebe-se então que à necessidade de que não haja apenas ações individuais, mas também a aplicação e acompanhamento do planejamento já existente de políticas públicas para que seja possível realizar aperfeiçoamentos e criar mais projetos que possam trazer para sociedade um equilíbrio e uma melhora ambiental e na qualidade de vida (Paulo & Pedrosa, 2015; Martins, 2002).

A qualidade de vida é um direito humano garantido pela constituição atual e uma das vertentes necessárias para que seja possível obtê-la é um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável. O ambiente foi se modificando durante a história e o crescimento da industrialização melhorou certos âmbitos da vida dos indivíduos, mas a

forma desordenada da qual se desenvolveu trouxe como consequência efeitos negativos, que ameaçam todas formas de vida. Portanto, a qualidade do meio ambiente em que o indivíduo está inserido, está diretamente relacionado à qualidade de vida (Trindade & Leal, 2017).

O comportamento do ser humano é intencional em relação a atividades que causam impacto no meio ambiente e traz um contexto histórico, composto por regras sociais, condutas e símbolos compartilhados. Diante disso, a psicologia traz recursos que podem auxiliar para que haja um avanço na relação da humanidade com o meio ambiente, através de prevenção e acolhimentos de demandas que são urgentes (Ayach et al., 2012; Melo & Sobrinho, 2021).

Devido a todos os fatores que englobam a qualidade de vida, pode-se dizer que esta está relacionada de forma direta com o meio ambiente e influência na saúde e bem-estar de uma coletividade (Ayach et al., 2012). É possível refletir em relação a como o avanço da industrialização e o crescimento urbano sem planejamento e de forma inadequada geraram e geram graves consequências ambientais, são vários os problemas enfrentados pela população, como a poluição que traz danos à saúde, as enchentes que além de destruir os bens materiais podem trazer doenças (Alencar et al., 2020).

Em uma revisão sistemática da literatura, Martelli (2016) analisou dados relativos à vegetação urbana e qualidade de vida favorecida de pessoas que habitam centros urbanos. Nesse estudo verificou a importância da qualidade ambiental, através da arborização urbana para que haja mais qualidade de vida, pois através desse contato com a vegetação é possível os indivíduos possuírem benefícios como: aumento no conforto ambiental, nas áreas para momentos de lazer e atividades físicas e uma diminuição na poluição do ar (Martelli, 2016).

Nessa mesma revisão, o autor traz dados que indicam que os indivíduos têm consciência da importância da arborização nas cidades e de seus benefícios, mas para

que seja viável é necessário que haja planejamento, manutenções e profissionais qualificados para que não haja danos e conflitos em relação às estruturas da cidade. É possível concluir que a arborização das cidades traz diversos benefícios, qualidade de vida e saúde da população, mas à ausência de desenvolvimento de políticas públicas, planejamento e viabilização dessas ações, por isso a educação ambiental é uma aliada para que seja possível alcançar uma melhora na qualidade ambiental e de vida (Martelli, 2016).

A educação ambiental faz-se importante quando se discute qualidade de vida e meio ambiente, pois pode contribuir para que por meio da educação as pessoas tenham conhecimento, aprendam e sejam conscientizadas que a prática da preservação do meio ambiente pode trazer uma melhora na qualidade de vida. A educação ambiental tem como objetivo formar pessoas críticas que vão ser capazes de refletir, pensar e repensar sua prática social para que possam adotar comportamentos ambientais que sejam adequados e que com a ação individual contribua para melhoria da qualidade de vida de toda população (Jacobi et al., 2009; Janke & Tozoni, 2008).

Decorrente dos grandes impactos ambientais causados pelas ações humanas, como a extração excessiva de recursos naturais, entre outros meios utilizados para o desenvolvimento econômico, é de grande importância e urgência estudos que tragam em pauta práticas sustentáveis. Esses estudos podem mostrar que é possível viabilizar uma diminuição nas consequências ambientais prejudiciais causadas pelas ações humanas e consequentemente aumentar a qualidade de vida das próximas gerações através de ações e reflexões alternativas (Ayach et al., 2012; Melo & Sobrinho, 2021).

Diante de todos os problemas que são causados pela ação humana, a qualidade de vida e as ações que trazem cuidado ambiental são explorados. Por meio do desenvolvimento de ações sustentáveis e de educação ambiental pode ser possível minimizar os impactos causados pelo avanço desordenado do capitalismo, do

desenvolvimento urbano e da tecnologia. Já que, atualmente, as pessoas têm uma percepção maior que os recursos naturais não são inesgotáveis (Alencar et al., 2020).

Ao se referir a qualidade de vida e considerar o domínio ambiental em que o indivíduo está inserido como foco principal. Este estudo busca analisar se a preservação do meio ambiente pode ser associada a uma melhora na percepção de qualidade de vida em pessoas que fazem parte da cultura brasileira. Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar a associação entre qualidade de vida e hábitos de cuidados ambientais.

MÉTODO

Estratégia de Busca

O presente trabalho se trata de uma revisão literária científica, acerca de artigos empíricos de periódicos nacionais, de forma a abordar a temática de forma organizada, reflexiva e crítica. Trata-se de um trabalho retrospectivo e secundário, visto que somente pode ser produzido mediante publicações científicas anteriores, acerca da temática da relação de uma melhor qualidade de vida em indivíduos que possuem hábitos de cuidados ambientais.

Para tal realização serão utilizados como meios as bases eletrônicas de busca do Google Acadêmico (*Google Scholar*), bem como a base de dados virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), pesquisas procedentes do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e plataforma digital Minha Biblioteca. Os descritores que vão ser utilizados isolados ou em combinação são: *meio ambiente, educação ambiental, saúde ambiental, qualidade de vida, bem-estar*. As buscas serão realizadas em português, sem restrição por período de publicação.

Critérios de elegibilidade

De acordo com os objetivos do presente estudo, foi estabelecido os seguintes critérios de inclusão: estudos empíricos, artigos que tratam da qualidade de vida global dos indivíduos e hábitos de cuidados ambientais e/ou sustentáveis, amostras com adultos e escalas psicométricas que avaliam qualidade de vida e sustentabilidade. Além disso, foi estabelecido como critérios de exclusão: estudos que tratem de apenas áreas específicas relacionadas à qualidade de vida do indivíduo, como por exemplo, qualidade de vida no trabalho, pacientes paliativos e estudos que tratem sobre meio ambiente e sustentabilidade em meios que não sejam relacionados ao impacto na vida dos seres humanos.

Etapas de Seleção e extração das informações

Inicialmente serão utilizadas as bases de dados, termos e critérios anteriormente explicitados, os artigos serão selecionados pelos títulos, ainda que não tragam explicitamente todos os descritores que vão ser utilizados no processo de busca. Em seguida, será realizada a leitura do resumo dos artigos recuperados, auxiliando na filtragem dos conteúdos pertinentes e dignos de inclusão e outros de exclusão para a utilização. A partir disso será realizada a leitura integral de cada artigo, verificando se todas as publicações vão se enquadrar nos critérios de inclusão e exclusão. Nesta etapa também vão ser extraídas informações relevantes para revisão.

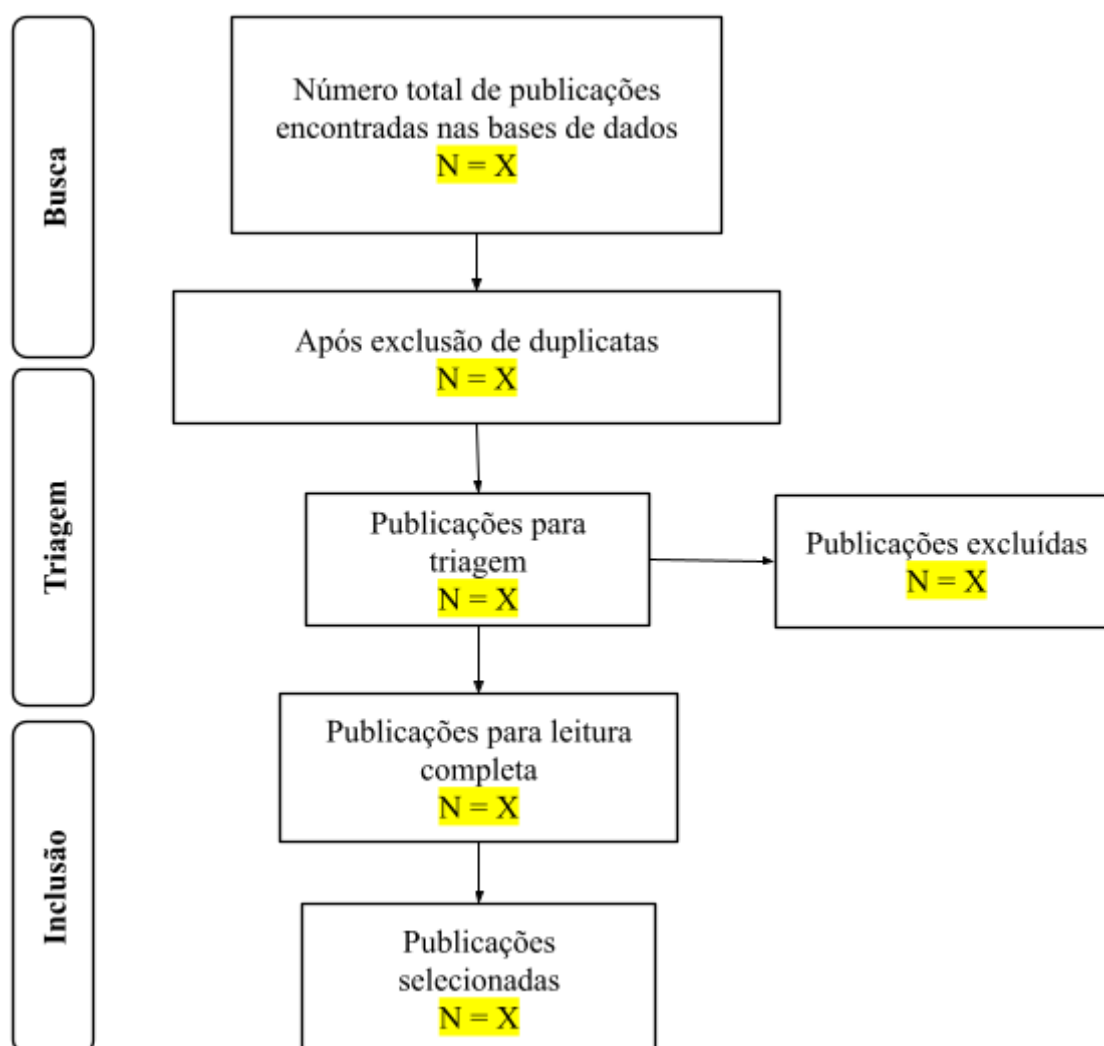
Os constituintes de análise a serem avaliados qualitativamente serão os embasamentos teóricos que fundamentam e legitimam aspectos dos hábitos de cuidados ambientais e/ou sustentáveis na melhora da qualidade de vida do indivíduo. Vão ser extraídas informações relativas à publicação, sendo: ano de publicação, autores, delineamento do estudo, objetivo e foco do estudo. Assim como informações metodológicas e relativas aos resultados: amostra, medidas utilizadas e principais resultados. Essas informações vão ser organizadas em tabelas.

RESULTADOS

A Figura 1 apresenta o diagrama de fluxo, representando a busca realizada para esta revisão da literatura.

Figura 1

Fluxograma baseado no PRISMA.



Nota. A nota deve descrever brevemente o conteúdo da figura, bem como esclarecer o significado de siglas e símbolos que eventualmente sejam utilizados.

Pode-se observar na Figura 1, que o total de publicações encontradas foi XXXX. Após exclusão de duplicatas e da triagem, foram selecionadas XXXX publicações. E,

após a leitura completa, restaram XXXX publicações, que foram utilizadas para os resultados do estudo. A partir dessas publicações, foi montada a Tabela 1, em que informações descritivas das publicações estão apresentadas.

Tabela 1.

Informações descritivas das publicações

ID	Autores e Ano	Revista	Caráter	Objetivo
1	X e Y (2010)	Revista Internacional de Psicologia	Empírico	Investigar relações entre depressão e ansiedade
2	W, Z e A (2020)	Psico-USF	Teórico	Comparar grupos de mulheres e homens quanto ao burnout.
3				
4				
5				

Tal qual apresentado na Tabela 1, os estudos foram publicados entre XXXX e YYYYYY, sendo que a maioria dos estudos é dos últimos cinco anos. Além disso, todos estudos foram publicados em revistas da área da psicologia. Praticamente todos os estudos são empíricos, com exceção ao estudo 2, que é de caráter teórico. Quanto aos objetivos, pode-se notar que grande parte dos estudos buscou investigar relações entre...
 ... (Aqui vocês precisam verificar caso a caso, pois muda muito de acordo com o número de trabalhos encontrados, etc. É somente um modelo de base.)

A Tabela 2 apresenta informações quanto ao método utilizado nos estudos e os resultados encontrados.

Tabela 2.

Aspectos metodológicos e resultados das publicações selecionadas.

ID	Amostra	Instrumentos	Coleta de dados	Resultados
1	N=100 adultos	Beck Depression Inventory (BDI) Beck Anxiety Inventory (BAI)	Online	Associação entre depressão e ansiedade ($r = 0,50$)
2	Não se aplica, teórico	Não se aplica, teórico	Não se aplica, teórico	Autores concluem que há relação entre sintomas XXXX

				de depressão com sintomas YY de ansiedade, mas não com os demais.
3				
4				
5				

Pode-se observar na Tabela 2 que a maior parte dos estudos contou com amostras iguais ou maiores a 100 participantes. Além disso, todos os estudos empíricos tiveram adultos como foco. Os instrumentos usados foram diversos, embora XXX e YYYYYY tenham se repetido em três estudos. Quanto aos resultados, notamos que

... (Aqui vocês precisam verificar caso a caso, pois muda muito de acordo com cada trabalho. É somente um modelo de base.)

DISCUSSÃO

(A Discussão é a seção em que os resultados são interpretados, explicados e debatidos à luz da fundamentação teórica utilizada na Introdução).

Organização geral da Discussão:

Parágrafo 1: retomar o objetivo do estudo e apresentar a principal conclusão que o estudo permitiu chegar. Essa conclusão deve ser o mais global/ampla possível, dado o objetivo do estudo. É importante lembrar que essa conclusão deve ser apresentada à luz das referências utilizadas na Introdução.

Parágrafo 2: discutir os “primeiros” resultados apresentados. Possivelmente, serão os resultados a partir do diagrama de fluxo.

Parágrafo 3: discutir os resultados da Tabela 1.

Parágrafo 4: discutir resultados da Tabela 2.

(A lógica de apresentação dos parágrafos segue, a depender da quantidade de informação apresentada nos Resultados. Isto é, a mesma lógica deve ser usada, independentemente do número de parágrafos apresentados na Discussão).

Parágrafo final: este é o parágrafo de fechamento da Discussão. Apresentar uma conclusão global do estudo. Na sequência, este parágrafo deve discorrer sobre as principais limitações do estudo realizado. O texto deve apontar claramente cada uma dessas limitações e, se possível, indicar futuros estudos que podem/devem ser realizados, para lidar com essas limitações.

REFERÊNCIAS

- Alencar, N. M., Costa, M. C. B., de Holanda, O. Q., Oliveira, V. A., de Souza Martins, M. S. V., de Alencar, J. V. R. & dos Santos, N. M. (2020). A saúde ambiental e a sua influência na qualidade de vida: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, 6(6), 33093-33105. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-021>.
- Ayach, L. R., de Lima Guimarães, S. T., Cappi, N., & Ayach, C. (2012). Saúde, saneamento e percepção de riscos ambientais urbanos. *Caderno de Geografia*, 22(37), 47-64. <https://www.redalyc.org/pdf/3332/333228743004.pdf>.
- Silva, D. G. da. (2012). A importância da educação ambiental para a sustentabilidade. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Curso de Ciências Biológicas com ênfase em Gestão Ambiental da Faculdade estadual de educação, ciências e letras de Paranaíba, Brasil. FAFIPA. <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/DANISE-GUIMARAES-DA-SILVA.pdf>.
- Mazetto, F. de. A. P. (2000). Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. *Sociedade & Natureza*, 12(24), 21-31.
- Melo, A. M. A. A. de. & Sobrinho, J. B. do. A. (2021). Psicologia e sustentabilidade em diálogo: um olhar transpessoal. *Scientia: Revista Científica Multidisciplinar*, 6(1), 164-182. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia/article/view/8931/7465>.
- Paulo, F. L. L. de, & Pedrosa, I. V. (2015). Planejamento estratégico ambiental de Pernambuco e o município de Araripina: A importância do acompanhamento de desempenho do ICMS socioambiental para a melhoria das políticas públicas ambientais em nível municipal. *Caderno de Administração*, 23(1), 1-8. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/8394/16135>.
- Fleck, M. P. de. A., Louzada, S., Xavier, M., Chamovich, E., Vieira, G., Santos, L. & Pinzon, V. (2000). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado

- de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. *Revista de saúde pública*, 34(2), 178-183.
- Freitas, C. M. D., Sobral, A., Pedroso, M. D. M., Barcellos, C., & Gurgel, H. (2011). Indicadores de saúde ambiental. In C. M. D. Freitas (Org.). *Saúde Ambiental: Guia básico para construção de indicadores*, 73-86. Ministério da Saúde.
- Giongo, R. L. P. (2010). Direito ao meio ambiente e qualidade de vida: reflexões para uma sociedade humana e ecologicamente viável. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 7(13/14), 75-100. <https://doi.org/10.18623/rvd.v7i13/14.152>.
- Jacobi, P. R., Tristão, M., & Franco, M. I. G. C. (2009). A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. *Cadernos Cedes*, 29(77), 63-79. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000100005>.
- Janke, N., & Tozoni-Reis, M. F. D. C. (2008). Produção coletiva de conhecimentos sobre qualidade de vida: por uma educação ambiental participativa e emancipatória. *Ciência & Educação*, 14, 147-157. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000100010>.
- SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente, Lei Pública Nº. 6.938/81 (1981). <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/sistema-nacional-do-meio-ambiente>.
- Martelli, A. (2016). Arborização urbana versus qualidade de vida no ambiente construído. *Revista Faculdades do Saber*, 1(02), 133-142. <https://rfs.emnuvens.com.br/rfs/article/view/17/14>.
- Martins, C. H. B. (2002). Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. *Indicadores Econômicos FEE*, 30(3), 171-188. <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/download/1412/1775>.

- Pelicioni, M. C. F. (1998). Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. *Saúde e sociedade*, 7, 19-31. <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/1998.v7n2/19-31/pt>.
- Pereira, É. F., Teixeira, C. S., & Santos, A. D. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista brasileira de educação física e esporte*, 26 (2), 241-250. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092012000200007>.
- Raminelli, F. P. (2014). A proteção da biodiversidade como direito fundamental no estado democrático de direito. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 9(3), 1256-1278. <https://doi.org/10.14210/rdp.v9n3.p1256-1278>.
- Reigota, M. (2017). *O que é educação ambiental*. Brasiliense.
- Tavares, E. M. F. (2007). Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: Dilemas teóricos e pragmáticos. *Holos*, 1, 120-129. <https://doi.org/10.15628/holos.2005.63>.
- Trindade, A. A. C., & Leal, C. B. (Eds.). (2017). *Direitos humanos e meio ambiente*. Expressão Gráfica e Editora.

ANEXOS